

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE ESTA TRÍADE

Rita de Cássia Barreto de Moura

Universidade Federal de Pernambuco / Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco/ Secretaria de Educação de Pernambuco

Brasil

ritabmoura@hotmail.com

RESUMO

O artigo aborda a função da educação na tríade: Educação, juventude e trabalho. Parte da discussão conceitual sobre juventude e trabalho e analisa as mudanças ocorridas no mundo do trabalho no Brasil a partir de 2004. Questiona a educação na perspectiva do empreendedorismo, apresentando suas raízes liberais e sua trajetória na educação brasileira, sobretudo na formação dos jovens.

Palavras chave: Educação, juventude e trabalho.

I – INTRODUÇÃO

A educação como política pública tem se constituído em objeto de discussão não apenas dos atores envolvidos diretamente, mas de toda a sociedade como vimos nas últimas grandes manifestações no País em meados deste ano. No entanto, não foram suficientes ainda para provocar as medidas necessárias para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

No bojo dessa discussão está presente a relação entre níveis de escolarização e pobreza, contexto socioeconômico e trajetória escolar, bem como comparações entre grupos sociais historicamente excluídos por sua origem social, gênero, orientação sexual, etnia, região geográfica e geração, e outros grupos privilegiados de acesso aos bens sociais. Dessa forma, podemos afirmar que as pessoas não têm as mesmas oportunidades e nem as mesmas condições de acesso à educação, e conseqüentemente, têm diminuídas suas chances de melhorar as próprias condições de vida e de suas famílias.

As grandes transformações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 no âmbito econômico provocaram uma geração de desempregados e trabalhadores precarizados, principalmente na população jovem, e trouxeram a necessidade de reforma dos programas sociais, sobretudo para o enfrentamento do desemprego e da pobreza.

Nesse cenário, a educação é chamada a desempenhar papel essencial no conjunto de estratégias de controle social do capital-imperialismo subalterno como: a promoção de políticas de redução da pobreza da ampla massa de trabalhadores; a criação de parcerias público-privadas, entre outras “ações articuladas” com empresas, bancos e organizações empresariais e da sociedade civil para colaborar nos encaminhamentos das políticas de enfrentamento da “questão social” (Montaño, 2002).

Entretanto, Oliveira nos alerta para a possibilidade real de uma alternativa em meio ao sistema capitalista que criou uma dualidade no nosso sistema educacional onde existe uma escola que forma os comandados, e outra que forma os comandantes:

Algo, contudo, parece mostrar-se problemático no referente ao debate sobre esta dualidade. Problemático não pelo questionamento da sua existência, nem pela busca de uma escola unitária, mas fundamentalmente pela possibilidade real de constituição de um projeto educativo capaz de erigir, no âmbito do próprio sistema capitalista, uma escola propiciadora da formação integral dos educandos. (Oliveira, 2009, p.142).

É incontestável reconhecer os limites e as possibilidades reais de atuação, avaliando cada estratégia em um contexto adverso.

Neste artigo, discutiremos a relação entre educação e trabalho com um recorte para a juventude, refletindo sobre as seguintes questões que precisam de uma reflexão mais aprofundada: Onde estão inseridos os jovens no mercado de trabalho após a implementação de diversos programas voltados para a juventude? Qual a contribuição

da educação pública na perspectiva empreendedora nesse cenário? Que conceitos de juventude permeiam na sociedade?

II - FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO NA TRÍADE: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TRABALHO

A educação na perspectiva da luta emancipatória, precisa necessariamente restabelecer a relação entre educação e trabalho. Na intenção de situar este vínculo, Emir Sáder no prefácio do livro de István Mészáros, *A educação para além do capital*, p.17, afirma:

Digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho- uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores-, somente aí se universalizará a educação. “A ‘autoeducação de iguais’ e a ‘ autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra”.

Mészáros ao analisar a função da educação na sociedade do capital afirma que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu- no seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada”(isto é, pelos indivíduos devidamente “educados”

e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (2008,p.35).

Apesar dessa compreensão, Mézaros condena as concepções fatalistas que se conformam com a ideia de que não existe alternativa à globalização capitalista. O autor defende que educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização, e educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital, e que uma educação deve ser sempre continuada, permanente, calcada em práticas educacionais que permitam aos educadores e educandos trabalharem as mudanças sociais nas quais o capital não explore mais o tempo de lazer e não imponha mais uma educação para o trabalho alienante, mantendo o homem dominado.

Os dilemas enfrentados pela educação não atingem apenas os jovens, no entanto, diversos estudos apontam que a parcela mais jovem da população, e principalmente a mais pobre, como aquela que se encontra mais vulnerável ao desemprego é a que mais sofre dificuldades porque o mercado de trabalho não se interessa em absorver a mão de obra com menos escolaridade, pouca ou nenhuma experiência no trabalho, dentre outras exigências.

Sobre as dificuldades encontradas pelos jovens para a elevação dos níveis de escolaridade e inserção no mercado de trabalho, Castro e Abramovay, afirmam que:

A parcela mais pobre é aquela que mais sofre com as exigências de maior tempo de estudos para sua inserção no mercado de trabalho. Com uma pressão econômica crescente pela sua subsistência, muitas vezes esses adolescentes e jovens não conseguem se manter nos bancos escolares para concluírem sua formação escolar e/ou sua capacitação para o emprego, levando-os ao desemprego ou a ocupar postos de trabalho de forma precária, o que pode empurrá-los para condições de vulnerabilidade social. (2002, p.22).

As autoras insinuam que a precariedade na inserção dos jovens no mercado de trabalho pode ter constituído uma condição para a elaboração de estratégias focadas na juventude ao longo das décadas de 1980 e 1990. Exemplificam a Lei Nacional de Aprendizagem que obriga empresas a contratarem jovens na condição de aprendizes. Avaliam também que o Governo Federal tem dado atualmente ao grupo social dos jovens, uma atenção significativa com o objetivo de romper o ciclo de baixa escolaridade, desemprego e vulnerabilidade, considerando que durante muito tempo foram excluídos da pauta das políticas públicas específicas.

Considerando essa realidade, a então candidata Dilma Rousseff à Presidência do Brasil, incluiu no documento referência das suas propostas, o reconhecimento da necessidade de políticas públicas para a juventude:

O número de jovens cresceu muito nos últimos anos. Hoje são mais de 52 milhões de brasileiros na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos que configuram a maior população jovem de nossa história. Isto significa dizer que as políticas públicas para os jovens representam hoje mais do que a inclusão de forma específica desse segmento na agenda nacional. Trata-se de políticas que dizem respeito à vida de mais de um quarto da população brasileira.

Azevedo (2005, p.1) corrobora com essa constatação e em seu estudo: Juventude, exclusão educacional e políticas locais: o caso da cidade do Recife, afirma que no caso brasileiro, a preocupação com os jovens têm decorrido do reconhecimento do significativo contingente que vêm representando em relação ao total de população, bem como das condições de vulnerabilidade que atingem um alto percentual dessa faixa etária, atingindo outros contingentes da população e podendo comprometer a vida no presente e perpetuá-las no futuro. A tabela a seguir apresenta a significativa população jovem das principais capitais brasileiras:

Brasil – 2005- População Total das Capitais Brasileiras com mais de Um Milhão de Habitantes e segundo a Faixa Etária entre 15 e 29 anos.

CAPITAL	FAIXA ETÁRIA 15 a 29 anos (A)	População Total (B)	A/B (%)
BELÉM	448.6662	1.405.871	32,0
FORTALEZA	752.476	2.374.944	31,7
RECIFE	498.609	1.501.008	33,2
SALVADOR	873.711	2.673.560	33,0
BELO HORIZONTE	687.808	2.375.329	29,0
RIO DE JANEIRO	1.548.303	6.094.183	30,0
SÃO PAULO	3.112.512	10.927.985	28,0
CURITIBA	499.317	1.757.904	26,0
PORTO ALEGRE	377.771	1.428.696	26,0
GOIÂNIA	373.466	1.201.006	31,0
BRASÍLIA	753.427	2.333.108	32,0
TOTAL	9.926.062	34.073.594	29,1

FONTE: IBGE Censos Demográficos, contagem Populacional e Projeções Estimativas.

Diante do contexto, a autora nos convida para a seguinte reflexão:

...é possível observar que a nossa sociedade não foi capaz de desenvolver estratégias que permitissem a integração dos jovens no que concerne ao exercício pleno da cidadania, fenômeno que se exprime através das suas condições de vulnerabilidade. De fato, é nesse contingente populacional que são encontrados os piores índices de desemprego, de evasão escolar, de violência, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com o consumo de drogas e com a criminalidade. A tudo isto vem a somarem-se as mazelas decorrentes da precariedade do usufruto de outros direitos sociais básicos, colocando a urgência de políticas públicas que se voltem para o seu atendimento. (2005, págs.2-3).

A expansão das matrículas no ensino médio a partir de 1990 e a ampliação desse nível de ensino tem gerado uma mudança significativa do perfil dos jovens brasileiros, segundo Leão, Dayrell e Reis. Segundo esses autores, as escolas de ensino médio no Brasil até então eram restritas a jovens das camadas altas e médias da sociedade.

Essa expansão trouxe para as escolas um contingente de alunos cada vez mais heterogêneo, oriundos das camadas mais vulneráveis da sociedade e com vasta experiência de violência e pobreza. Os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente se tornam mais explícitos em seu interior, interferindo nas suas trajetórias escolares e sentidos atribuídos a ela. Novos desafios se apresentam então à escola e seus profissionais (Spósito, 2005).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aproximadamente 82% dos jovens de 15 a 17 anos estudavam em 2007, mas apenas 48% deles cursavam o ensino médio, o que indica uma enorme defasagem série/idade. Tão sério quanto isso é o fato de que 32,7% dos jovens de 15 a 19 anos não estavam estudando em 2007, evidenciando o desafio de democratização do acesso.

A identidade do ensino médio também se constitui em outro grande desafio. A tensão existente entre formação geral e/ou profissional, ensino propedêutico e/ou técnico, diz respeito ao papel da escola média e sua relação com o mercado de trabalho. Além desses desafios, somam-se a formação adequada dos docentes, utilização das novas tecnologias educacionais, dentre outros.

A instituição escolar e a educação ainda estão distantes do esperado pela sociedade.

III - DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE JUVENTUDE E TRABALHO

Partimos da constatação de que existe uma nova condição juvenil no Brasil, resultado das mutações nos processos mais amplos de socialização (Dayrell, 2007).

A temática das juventudes no Brasil só começou a ser tratada como categoria socialmente construída muito recentemente, embora que no contexto internacional já venha sendo discutida desde o final da Segunda Guerra. Ela se manifesta de modos

diferentes de acordo com o momento social. Vários autores clássicos e contemporâneos preocupados com as mudanças sociais, as relações intergeracionais e com as características populacionais e suas influências na sociedade, vêm se dedicando a este tema, sobretudo no campo das ciências sociais humanas.

Como outras categorias populacionais, os jovens são assim classificados a partir de uma formulação sócio histórica a qual, mesmo tendo relação com as faixas de idade e, portanto, com características biológicas, define-se por suas dimensões: econômica, política e cultural, forjadas em intrínseca relação com as representações sociais que predominam numa dada sociedade e nestas, em determinadas conjunturas específicas (AZEVEDO, 2006, p.1).

Azevedo identifica-se com Dayrell (2007):

“(...) a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contexto históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (...), culturais (...), de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vem ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeito que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere”. (2007, p. 4).

O autor afirma que esta condição juvenil vai depender de onde estes jovens estão inseridos na sociedade. E esta condição se manifesta em várias dimensões, na qual destaca cinco características que essa condição se manifesta, que são: O trabalho; as culturas juvenis; a sociabilidade; espaço e a transição para a vida adulta.

Em relação à necessidade que os jovens pobres têm em trabalhar, Dayrell faz uma comparação com jovens de países europeus:

“No Brasil, a juventude não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, como é comum nos países europeus. Ao contrário, para grande parcela dos jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalha garantido o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo” (2007, p.5).

Apesar de existir alguns jovens que conseguem trabalho para suprir um pouco suas necessidades, uma grande parcela juvenil fica excluída do mercado de trabalho, e não consegue ter o mínimo para sobreviver, encontrando-se muitas vezes abaixo da linha da pobreza.

Segundo dados do CPD/IBRE/FGV- da PNAD/IBGE 2000, mostra que 10 milhões de jovens vivem com apenas R\$61,00 isso por não terem condições de entrar no mercado de trabalho. “São hoje mais de 10 milhões de jovens entre 15 e 29 anos (quase 25% da população do total de jovens brasileiros) que sobrevivem em situação de completa indigência, abaixo da linha de R\$61 per capita. É importante frisar que não estamos ressaltando linha de pobreza, mas uma linha de indigência extrema(...)” (LEON, 2003,p.208).

O mundo do trabalho é uma dimensão importante a ser discutida na formação da condição juvenil, pois o trabalho também constrói esse conceito de juventude não esquecendo a sua diversidade. O Relatório da OIT: Trabalho Decente e Juventude no Brasil relaciona os fatores que interferem na precária situação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho e defende o fortalecimento das políticas deste segmento:

A exclusão social, a precária inserção no mercado de trabalho e a falta de uma educação de qualidade e do acesso a um trabalho decente, não apenas impedem o pleno exercício dos direitos de cidadania de

um grande contingente de jovens brasileiros, como também comprometem sua vida futura. Além disso, constituem um desperdício da potencial contribuição dos jovens ao desenvolvimento do País. Diante desse contexto, é fundamental fortalecer as políticas voltadas à juventude, contemplando tanto as diferentes dimensões da condição juvenil quanto a heterogeneidade que a constitui. (OIT. 2009, p.19).

Uma questão relevante para o trabalho precário imposto aos jovens pobres é o baixo nível de escolarização. Segundo a OIT, o aumento da escolaridade pode ocorrer simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho, sem que isso implique no adiamento da transição para a vida adulta. Na realidade, muitos jovens buscam a conciliação entre o estudo, a formação profissional e o trabalho, tanto em situações nas quais são premidos pelas condições econômicas de suas famílias, quanto pela necessidade e desejo de construir sua autonomia econômica. Além disso, se por um lado o mercado de trabalho demanda maior escolaridade, requer também maior experiência profissional e a atualização permanente das qualificações, em função da velocidade das transformações tecnológicas, que tendem a tornar o conhecimento adquirido obsoleto num curto prazo. Isso aponta para a necessidade de criar novos arranjos entre educação e trabalho nas políticas para a juventude.

Nessa perspectiva, Aguiar chama a atenção para o papel central da escola. A autora afirma que há estudiosos que defendem uma articulação estreita entre a ação pedagógica e o desenvolvimento. No entanto, a mesma adverte que:

[...] é necessário ter cautela nessa questão para evitar que a finalidade última da escola- a aprendizagem dos estudantes e sua formação como cidadãos-, seja subordinada aos objetivos de projetos econômicos. [...] Dessa forma, a inserção da escola na comunidade orienta-se por objetivos

pedagógicos e valores da cidadania. (2006, p.17).

Embora a Constituição Federal de 1988 determine os 16 anos como idade mínima para o trabalho, admitindo a partir de 14 anos o trabalho na condição de aprendiz. Por sua vez, a política nacional para a juventude definiu que a faixa etária vai dos 15 aos 29 anos.

A preocupação deve ser no sentido de que o trabalho não signifique para os jovens de baixa renda um impeditivo para o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, assim como não implique em condições precárias de trabalho. Os jovens atualmente têm muita dificuldade de conseguir a conciliação entre estudo e trabalho.

A literatura pertinente tem denunciado que a entrada precoce no mercado de trabalho tende a levar os jovens às condições laborais mais precárias e maior prejuízo na formação educacional, mantendo o ciclo vicioso da pobreza. Oliveira, alerta que:

Destacar a importância da articulação entre a formação geral e a formação profissional ainda se coloca como pedagógica e politicamente importante, uma vez que deve haver e vem existindo uma contínua e ininterrupta preocupação por parte daqueles que pesquisam na área de Trabalho e Educação e/ou Ensino Médio de reafirmar o quanto o processo de formação profissional não pode resumir-se apenas à apropriação de saberes práticos e úteis ao mercado de trabalho. Cada vez mais, a luta política por um Ensino Médio que objetive a formação “integral” dos educandos impõe-se como necessária e consequente. (2009, p.53).

Neste contexto, políticas públicas com objetivo de enfrentar a pobreza, articulada com outras políticas sociais como educação, saúde e trabalho para as famílias pobres e extremamente pobres, têm a função de proteger e garantir os direitos sociais básicos.

IV - EMPREENDEDORISMO: SUAS RAÍZES LIBERAIS E SUA TRAJETÓRIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E NA FORMAÇÃO DOS JOVENS

De acordo com Coan e Shiroma (2012), nos anos 1990 o desemprego atingiu fortemente os jovens e foram apresentadas propostas para combatê-lo. Anos atrás diploma era garantia de emprego, mas atualmente os jovens que concluem o ensino médio e universitário se deparam com uma forte concorrência de desempregados e com a exigência de um perfil que não possuem, além da experiência profissional. A saída encontrada é vender sua força de trabalho prestando serviços, bolsas de estudo, trabalhos precarizados e temporários.

Nesse contexto, o empreendedorismo foi transformado em alternativa para os jovens. Os argumentos de defesa apregoam que é necessário preparar os jovens para uma nova realidade no mercado de trabalho e que as garantias de um emprego formal não mais existem. Defendem que é preciso prepará-los com novas habilidades e competências, dentre elas, a capacidade empreendedora, iniciativa própria para resolver seus problemas, autoconfiança, correr riscos e consequências, ser destemido, liderar equipes, alcançar resultados, entre outros.

Os mesmos autores informam que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura (UNESCO) incluiu como um dos pilares para a política educacional o “aprender a empreender” no Relatório Delors da Comissão para a Educação no século XXI da Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura (Delors 1999). O objetivo da UNESCO é atrelá-lo à educação como alternativa ao desemprego e manter a produção coletiva de riquezas preservando a apropriação privada.

Os defensores do empreendedorismo, como WOLF (2004) afirmam que os empregos não são mais vitalícios e que as rápidas transformações exigem não condicionar a própria sobrevivência à venda da força de trabalho, mas ser empreendedor, buscar oportunidades e parar de pensar como empregado. Além disso, as pessoas precisam estudar e se capacitar para serem empregáveis e alcançarem sucesso na vida profissional. Desta forma, diversas ações foram desenvolvidas no âmbito das instituições educacionais, entre elas, aulas e disciplina de empreendedorismo, cursos,

palestras, oficinas, capacitação de professores, projetos como o “jovem empreendedor”, incubadoras de empresas e desenvolvimento com Empresa Junior, entre outras. Apesar de todo esse incentivo, ainda são poucas as pesquisas na educação que tratam o tema.

A educação para o empreendedorismo tem como conceitos centrais a competitividade e no individualismo, conceitos que têm origem no pensamento liberal clássico, ao mesmo tempo em que são consolidadas políticas compensatórias pelo projeto neoliberal com o objetivo de ‘aliviar a pobreza’.

Em termos históricos, o empreendedorismo, derivado do termo francês *entrepreneur*, traduzido para o inglês como *intrepreneurship*, remonta ao século XV quando era usado para referir-se aos “homens de negócios”. O termo ganhou maior visibilidade nas obras de Cantillon(2002) e Say (1983) que, a partir da consolidação da sociedade capitalista, relacionaram a figura do empreendedor ao empresário (COAN e SHIROMA, 2012, p.250).

De acordo com os autores, o precursor do empreendedorismo, Richard Cantillon (1680-1734), preocupava-se com os riscos e incertezas do processo de acumular riquezas. Em sua obra *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral (2002)* estabelece os fundamentos do empreendedorismo, o papel do empreendedor, fala dos empresários como sujeitos que procuram fazer negócios, ganhar dinheiro, distingue os que trabalham para ganhar salários daqueles que enfrentam o risco e trabalham por conta própria como os agricultores, artesãos e comerciantes.

No contexto econômico, segundo Cantillon, os empresários podem ganhar ou perder, já que o mercado é incerto e estão sujeitos às suas leis e as do Estado que impõem regras e, às vezes, chegam até a determinar preço dos produtos.

Cantillon configura a estrutura social da seguinte forma: Aqueles que não são príncipes ou proprietários de terra são dependentes e divididos em duas classes: os assalariados, como generais que recebem soldos, o cortesão que recebe pensão, o criado que recebe salário, e os empresários. Para o autor, o topo social era formado pelos príncipes e proprietários de terras, e abaixo disso, estavam os que recebiam salários e os empresários. Sua definição de empresário é abrangente, como segue:

[...] Todos os demais são empresários. Quer eles dispunham de um fundo para movimentar sua empresa, quer sejam empresários apenas do seu próprio trabalho, sem nenhum fundo, todos vivem na mesma incerteza. Até os mendigos e ladrões são empresários desse tipo. Enfim, todos os habitantes de um país retiram sua subsistência do fundo dos proprietários de terra, e todos são deles dependentes. (Cantillon, 2002,p.47).

Segundo Coan e Shiroma (2012,p.252), Jean-Baptiste Say (1767-1832) define empreendedor como o principal responsável pelo desenvolvimento econômico que resulta da criação de novos empreendimentos. Say se entusiasmava com o progresso econômico trazido pela revolução industrial e por ver o Estado monárquico, preocupado em tributar e gerar moedas, ruir por meio de grandes convulsões, abrindo espaços a um futuro melhor. A marcha do pensamento liberal em curso, da livre iniciativa, lhe dava esperanças.

O autor conceitua empreendedor como empresário industrial.

As riquezas de uma pessoa em particular compostas por suas rendas e seus fundos produtivos são direitos sagrados. Os fundos ou fontes produtivas são compostos pela indústria, pelos capitais e pelas terras e são legítimos e indiscutíveis por advirem de sua capacidade talentosa de adquiri-los. A pessoa participa com seus capitais, do jogo do mercado, marcado pela lei da oferta e da procura. Nesse jogo, se a pessoa aplicar bem os seus talentos, tornar-se-á cada vez mais rica. A medida da riqueza é determinada pela capacidade de bens que a pessoa pode comprar. O autor tratou a figura do empresário empreendedor como um personagem responsável pelo progresso e desenvolvimento humano, segundo os princípios do pensamento dos fisiocratas e liberais de sua época. Say era estudioso e admirador das ideias de Adam Smith e do pensamento liberal oriundo da revolução industrial inglesa e procurou disseminá-lo na França ao estabelecer um corpo teórico que possibilitasse a chegada da revolução industrial nesse País. (Coan e Shiroma, 2012, p. 254).

Say e Cantillon consideravam os empreendedores como pessoas que corriam riscos, investiam seus recursos com o objetivo de ganharem mais. Compravam matéria prima para transformá-las em produtos e depois revender. Nessa perspectiva, o empreendedor é aquele que aproveita as oportunidades para ganhar sempre mais do que investiu, no entanto, precisa correr os riscos do mercado. Marx criticou a lei da oferta e da procura de Say alegando que essa mascara a teoria do valor.

De acordo com Coan e Shiroma, p.255, a partir dos anos 1980 várias pesquisas foram desenvolvidas na área da educação sobre empreendedorismo (Drucker 1986; Filion 1999) em diversos países como: Estados Unidos, Canadá e França. Tais pesquisas se dedicavam à busca de estratégias para garantir o sucesso dos novos empreendimentos acentuando a relevância da articulação entre escola/universidade e empresas.

Os autores afirmam também que a educação para o empreendedorismo no Brasil ganha adesão na década de 1980 inicialmente no ensino superior e depois vai ganhando espaço lentamente nos outros níveis e modalidades de ensino.

Desde 1992 várias universidades brasileiras criaram Escolas de Novos Empreendedores (ENE), Programas de Empreendedorismo em Educação, Programa Engenheiro Empreendedor, todos com a missão de promover ações de consolidação de uma cultura empreendedora, direcionado aos alunos do ensino fundamental até a graduação, envolvendo profissionais, docentes, alunos, pesquisadores de múltiplas áreas. Houve então um significativo crescimento do ensino do empreendedorismo em diversas universidades e cursos.

O grande alarde sobre as façanhas dos empreendedores exitosos convive com o silêncio absoluto sobre os casos das falências. Tanto no Brasil como em Portugal, os casos de falência dos novos empreendedores ultrapassam os 50%, já nos primeiros anos de existência, o que revela que a míope educação para o empreendedorismo serve muito mais para arruinar a vida das pessoas do que, propriamente, permitir a elas obterem sucesso na sociedade do desemprego (COAN, 2011).

Baseados na pedagogia empreendedora desenvolvida por Fernando Dolabela e com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Organizações Não Governamentais, Entidades ligadas à divulgação do

empreendedorismo, como a *Junior Achievement (JA)* e Empresa Junior, o ensino do empreendedorismo está em curso na educação básica profissional no Brasil.

COAN e SHIROMA (2012) nos alertam que o espaço escolar tem sido usado para fomentar a proposta do empreendedorismo e formar os jovens para o mundo do trabalho, competitividade e empregabilidade ao invés de prepará-los para um emprego. Pereira (2001) apresenta procedimentos metodológicos para o desenvolvimento e a atualização de habilidades do sujeito empreendedor, sobretudo, o jovem universitário que precisa de uma nova mentalidade para atender e se adequar às mudanças do mundo atual. Machado (2008) defende a necessidade de a escola abordar o tema como estratégia dos jovens enfrentarem o desemprego e motivá-los a criarem sua empresa ou gerar o próprio emprego. Miranda (2002) dedicou-se à criação de uma cultura empreendedora nas escolas de educação profissional de nível médio para fortalecer as iniciativas empreendedoras. Bastos (2006) defende que o ensino do empreendedorismo na Escola Básica como matéria extracurricular, transdisciplinar, permite incorporar ao ensino curricular obrigatório outros conhecimentos que provoquem nos jovens novos comportamentos e novas posturas a partir do ideal empreendedor.

Várias críticas foram formuladas à pedagogia do empreendedorismo, dentre elas, que visa ajustar os indivíduos às demandas da sociedade capitalista, flexibilizar o processo produtivo, gerenciar o trabalho na perspectiva de formar um novo tipo de homem, é falsa a promessa de realização dos sonhos sem a devida observação dos elementos materiais necessários para tal suporte e joga para o indivíduo a responsabilidade de sua auto realização legitimando a ordem social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo voltado para o desenvolvimento de projetos educacionais ganhou espaço diante da despolitização das relações sociais e responsabilizam os indivíduos pelas questões sociais. Além disso, mascara a precarização e a flexibilização das relações de trabalho na sociedade do capital.

Nesse contexto, seus defensores inserem-se nas instituições educacionais e tentam seduzir os jovens com promessas de auto realização. A educação para o empreendedorismo pretende ensinar aos jovens que na atual crise no mundo do trabalho

não há emprego para todos, mas não permitem que os jovens entendam e questionem o processo histórico de criação do assalariamento e entendam que o processo de produção da riqueza é o mesmo que produz a miséria.

Fomentada pela realização dos sonhos individuais, tentam forjar um novo tipo de homem, ainda mais competitivo e individualista.

Há propostas educacionais alternativas que buscam desenvolver a juventude que tem sonhos maiores que extravasam a pequenez da promessa de entesouramento solitário. Por serem jovens, com garra, indignação, impaciência e rebeldia, não cedem facilmente, não são formatados e não abrem mão da utopia da emancipação (COAN, SHIROMA) 2012, p.273.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **Conselho escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social.** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006, p.55. Disponível em <Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%2010.pdf> Acesso em 01/12/2013.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **Juventude, exclusão educacional e políticas locais: o caso da cidade do Recife.** Disponível em <Http://www.recife.pe.gov/pr/secplanejamento/pnud2006>. Acesso em: 01/12/2013.

BASTOS, Adriana Teixeira et al. (2006). **Empreendedorismo e Educação: o caso do Projeto Empreendedorismo na Escola.** Disponível em : <http://www.sebrae.com.br> Acesso em 01/12/2013.

CANTILLON, Richard (2002). **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral.** Curitiba: Segesta editora.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma de fazer políticas** – políticas de/para/com juventudes. In Revista Brasileira de Estudos de População, V.19, nº2, jul./dez 2002.

COAN, Marival (2011). **Educação para o empreendedorismo:** implicações epistemológicas, políticas e práticas. Tese de Doutorado em Educação. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

_____, Marival; SHIROMA, Eneida Oto. **Educação para o empreendedorismo:** Forjando um jovem de novo tipo? In Jovens, Trabalho e Educação: a conexão subalterna de formação para o capital/ Mariléia Maria da Silva, Elisa Maria Quartiaro, Olinda Evangelista, (orgs). - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

DAYRELL, J.T. **A escola faz juventudes?** : reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, v.28, n.100.p.1105-1128, out.2007.

_____, Juarez; REIS, Juliana Batista dos. **Juventude e Escola:** reflexões sobre o ensino da sociologia no ensino médio. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, 2007.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. **Jovens olhares sobre a escola do ensino médio.** Caderno Cedes, Campinas, vol.31, n.84, p.253-273, maio-ago. 2011. Disponível em [Http://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 01/12/2013.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce de. **Juventude Brasileira:** geração problema ou oportunidade de desenvolvimento? In BENECKE, DieterW. ; NASCIMENTO, Renata (orgs.). **Política Social Preventiva:** desafio para o Brasil, Rio de Janeiro, ed. Konrad Adenauer, 2003.

MACHADO, Edílson Ramos (2005). **“O ensino de empreendedorismo e a práxis no CEFET-PB.** “*Revista Principia*, nº 12, abril. Disponível em : [Http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-ensino-de-empreendedorismo-e-a-praxis-no-cefet-pb/20737](http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-ensino-de-empreendedorismo-e-a-praxis-no-cefet-pb/20737). Acesso em 04/12/2013.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed.-São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MIRANDA, Hamilton José (2002). **Elaboração de uma metodologia para introdução do ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de nível médio**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção.

MONTAÑO, C.(2002). **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, Ramon de. **A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista**. Cadernos de Educação | FAE/PPGE/UFPe| Pelotas [32]: 141-160, janeiro/abril 2009.

_____, Ramon de. **Possibilidades do ensino médio integrado diante do financiamento público da educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p.051-066, jan./abr., 2009. Disponível em [Http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a04v35n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a04v35n1.pdf) Acesso em 02/12/2013.

PEREIRA, Sonia Maria. (2001). *A formação do empreendedor*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SÁDER, Emir. **In prefácio do livro A educação para além do capital**, de István Mézaros. 2ª ed.- São Paulo: Boi Tempo, 2008.

SPÓSITO, M.P. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil**. Abramo, H,W.; Branco,P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania: Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 87-128.

UNESCO (2008). **A Unesco e a educação na América Latina e Caribe 1987-1997**. Santiago do Chile, 1998. Disponível em : [Http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001128112847porb.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001128112847porb.pdf). Acesso em : 04/12/2013.

WOLF, Sérgio Machado (2004). **Aceitação do aprendizado do empreendedorismo como facilitador do sucesso profissional expressa por alunos do ensino médio em**

uma unidade escolar da rede pública catarinense. Dissertação de mestrado em Engenharia de produção. Florianópolis: Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina.